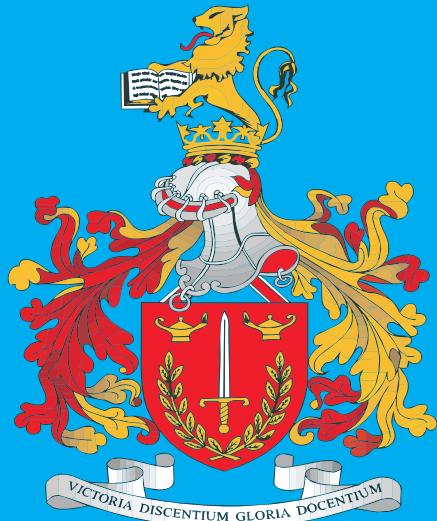


# Boletim

Instituto Superior de Ciências Policiais  
e Segurança Interna



## VI Corrida ISCPSI APAV ISCPSI ENTRE OS MELHORES DOS CAMPEONATOS ADESL

CAMPEÃO DE FUTSAL FEMININO E VICE-CAMPEÃO DE  
ANDEBOL MASCULINO

**LOIC**  
NA VOZ DO SUBINTENDENTE PRATES

»Não se pode ser tolerante para  
com os covardes«

Professor GERMANO MARQUES DA SILVA

**INTENDENTE PAULO LUCAS**  
ENTREVISTA COM...

Fevereiro/Março 09



**INTER-EMES**

Decorridas mais duas jornadas estes chegaram ao fim!



**06**



**07 SEMANA  
CULTURAL**

Dedicada ao tema:  
«Tradições, usos e costumes»



**08 VI CORRIDA  
ISCPSI/APAV**

**VIOLÊNCIA NAS  
ESQUADRAS**  
por: Germano  
Marques da Silva



Antes de vos pertencer, pertenço ao meu país

# Boletim

Oficial Coordenador

Subcomissário Rui Pereira

Coordenador Geral

Tiago Mota

Coordenador Boletim

Marco Pereira

Pedro Carvalho

Colaboradores

João Lemos

Tiago Leal

Toni Pinto

Paulo Sousa

Rafael Martins



Victoria Discentium Gloria Docentivm

Instituto Superior de  
Ciências Policiais e  
Segurança Interna

Rua 1º de Maio, n.º 3  
1349-040 Lisboa

Telf. 213 613 900  
Fax 1: 213 613 996  
Fax 2: 213 610 535

[www.espsi.pt](http://www.espsi.pt)

[iscpsi.net@gmail.com](mailto:iscpsi.net@gmail.com)



## Cidadania e Civismo

Hoje propomos fazer uma reflexão sobre Cidadania e Civismo.

Verifica-se na sociedade actual uma incrível perda de valores, que se traduz em vidas cada vez mais desorientadas e sem rumo. Mas pior que isso, é a adopção de novos valores, que levam a estilos de vida fáceis, vulgares, iludidos, também eles vazios, ou seja, criminalidade. Hoje em dia todos os países trabalham, não têm tempo para incutir esses valores no seio familiar e as escolas estão a perder o chamado modelo ideal de transmissão de valores, dado que, elas estão a ficar desprovidas dos mesmos.

Já Aristóteles dizia que o Homem se define como um animal político, isto é, que a sua natureza deve ser procurada nas comunidades a que pertence de forma a ser reconhecido como um deles.

O **termo cidadania**, de origem latina (*status civitatis*), define o vínculo que liga os indivíduos a um Estado, que lhes confere um conjunto de direitos e deveres. O **termo civismo**, refere-se mais especificamente às atitudes e comportamentos que no dia-a-dia manifestam os diferentes cidadãos na defesa de certos valores e práticas assumidas como fundamentais para uma vida colectiva, de modo a preservar a sua harmonia e melhorar o bem-estar de todos os seus cidadãos.

Cidadania e civismo fazem assim parte de um mesmo processo, inerente à vida em sociedade, ambos os conceitos são verdadeiros suportes da vida social. Numa sociedade onde os seus membros são indiferentes às questões da vida em comum, reinará uma anarquia.

A cidadania é o património fundamental de qualquer cidadão, pois é a mesma que lhe garante o acesso a um conjunto de bens que colectivamente foram sendo criados e acumulados, em termos

económicos, culturais e sociais.

Segundo Carlos Fontes, o civismo pode adoptar três dimensões: a Dimensão Ética, em que uma acção deve ser norteada por princípios que livremente o indivíduo escolheu para se relacionar com os outros. "Não faças aos outros aquilo que não queres que te façam a ti", é não apenas um princípio ético universal, mas também um princípio cívico; a Dimensão Normativa, em que o comportamento cívico é frequentemente encarado como o respeito por um conjunto de regras de convivência que estão definidas na Lei; e a Dimensão Identificação, em que diz que tanto as sociedades como as cidades são anteriores aos próprios indivíduos que as constituem, que estas têm memórias, valores e heranças patrimoniais que importam preservar.

Logo, a cidadania e o civismo são conceitos fundamentais para uma sociedade democrática, isto é, uma sociedade que garante os direitos fundamentais dos cidadãos, como a liberdade e a igualdade, mas também necessita da participação activa dos mesmos. Caso contrário, estaremos à porta de um "abismo" que poderá não ter fim, aparecendo uma descrença nos valores que nos norteiam levando ao aumento da criminalidade, principalmente a violenta.

Para que isto não venha a acontecer temos que unir esforços para tentar que esses valores não se percam e tentar incutir os mesmos em quem já não os possui ou escolheu outros que não levam a que a vida em sociedade seja possível. Não te esqueças que o garantir da segurança toca a todos e se todos nos unirmos, conseguiremos que a mesma seja assegurada..

Pedro Carvalho, Coordenador



No âmbito do Projecto-Escola "Conferências e Conversas de Fim de Tarde" realizou-se no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, no passado dia 18 do mês de Março do corrente ano, entre as 09H00 e as 17H00, uma conferência sobre "Segurança Rodoviária – Da Perspectiva Antropológica à Atitude Comportamental".

No seguimento dos aspectos genéricos deste Projecto-Escola (a (in)formação interna, para os alunos do CFOP e para os profissionais de Polícia, de assuntos de especial interesse em matéria policial; a promoção externa, no sentido de dar a conhecer o nosso Instituto à comunidade civil e vincar o seu nome como Instituição de prestigiado valor; propiciar à comunidade estudantil e demais pessoas exteriores ao Instituto, um espaço de comunicação, de diálogo, aprofundamento de conhecimento e de troca de opiniões sobre assuntos e matérias do âmbito da segurança interna do país, entre as entidades convidadas e a assistência).

Foi, para a escolha do tema, considerada a sua actualidade e a especial importância para as organizações de cariz policial.

Seguiram-se deste modo as orientações estratégicas contidas no Programa do XVII Governo Constitucional, nomeadamente o fomentar a criação de um ambiente rodoviário civilizado e uma

política de segurança preventiva.

Para o efeito, conta-se com a presença de ilustres personalidades nacionais pertencentes a Universidades, Organismos Públicos e Forças e Serviços de Segurança, dedicadas à análise, à intervenção técnica e normativa no âmbito do tema em estudo, constituindo um momento por exceléncia para o actualizar de conhecimentos científicos e técnicos.

O primeiro painel de conferencistas incidiu as suas preleções sobre o tema "Perspectiva Antropológica e Comportamental dos Condutores". Deste painel fizeram parte: - Manuel João Ramos – Docente do ISCTE e Membro da Associação dos Cidadãos Auto-mobilizados – "Perspectiva Antropológica" e Marta Pereira – Ergonomista e Investigadora do ISEC – "Comportamentos do condutor e influências recíprocas ao nível do sistema – condutor - veículo - envolvimento".

Após uma pausa para café, seguiu-se o segundo painel de conferencistas que se debruçaram sobre os "Factores que afectam a Circulação Rodoviária". Estiveram presentes: - Teresa Paiva – Docente da Faculdade de Medicina de Lisboa (Hosp. St.ª Maria) – "Sono e as suas consequências para a circulação rodoviária" e João Dias – Engenheiro e Docente do IST - "Sinistralidade Urbana – Acidentes com Peões".

Depois de uma pausa

para almoço, recomeçaram-se os trabalhos com o terceiro painel com o tema "Problemas, Medidas e Estratégias Face ao Fenómeno". Deste último painel de oradores fizeram parte: - João Amado – Subintendente da PSP – Chefe da Divisão de Segurança Rodoviária da DNPSP; - António Leal - Major da GNR - Chefe da Repartição de Criminalística da DIC/GNR e Carlos Lopes – Engenheiro – Director de Serviço da Unidade de Prevenção Rodoviária (ANSR).

O Presidente de Mesa dos painéis foi o Comissário Hugo Guinote que após o término das exposições de cada mesa, abria o debate com o público presente.

Para finalizar o dia de trabalhos, foi inserido na conferência a apresentação do livro "*Atitude e Motivação do Bem Conduzir*", da autoria de José Poças Correia, Intendente da PSP. Para presidir à mesa de apresentação do livro foi convidado o Director do ISCPSI, Intendente Paulo Valente Gomes. Fizeram parte integrante desta mesa de apresentação: - Cristina Queirós – Professora Doutora da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (orientadora do estudo) – Universidade do Porto; - Maria Alzira Lima Rodrigues Serrasqueiro – Governadora Civil de Castelo Branco – Autora do prefácio do livro e Guedes da Silva – Superintendente-Chefe e Director Nacional Adjunto de

Operações e Segurança da PSP.

Perante um auditório cheio de participantes e após as brilhantes alocuções dos oradores, todos concordávamos que o fenómeno da segurança rodoviária, é de elevada complexidade, e que não pode ser estudado de forma fraccionada, mas antes privilegiando uma abordagem complexa. Se por muitos é defendido o triângulo da segurança rodoviária (condutor, veículo e envolvimento [infraestruturas]), há quem já defenda tratar-se de um quadrado (condutor, veículo, envolvimento [infraestruturas] e questões socioculturais e ambientais – Matriz de Haddon) e não de um triângulo.

Muito tem sido feito nesta matéria, porém o mero decréscimo das vítimas mortais nas estradas portuguesas não pode ser encarado como uma vitória alcançada, já que, por detrás de cada vítima da insegurança rodoviária, há sempre uma grande tragédia familiar, pessoal e social.

Sobre o livro apresentado e segundo a orientadora do estudo efectuado pelo Intendente Poças Correia, trata-se de uma obra singular, com elevado rigor e profissionalismo tendo em conta que o seu autor não é um académico, mas sim um homem de rua, que em muito veio contribuir para a temática da sinistralidade rodoviária.

No final do evento foi possível concluir que, a segurança rodoviária deve contar com a envolvência de toda a sociedade, sobretudo, com uma boa articulação de esforços entre as Polícias, Organismos Públicos e população em geral. O número de vítimas nas nossas estradas não são mais do que “motivos de alerta”, para que juntos possamos mudar e reduzir este flagelo social, e,

igualmente é apostando nos mais jovens que se pode conseguir a tão desejada, e necessária, alteração de comportamento nas estradas.

**Marco Catanho**, coordenador do Projecto-Escola Conferências supervisionado pelo tutor do Projecto, **Comissário Hugo Guinote**.

## Challenger no ISCPsi

Sexta-feira dia 20 Fevereiro, teve lugar, na Escola Prática de Infantaria, em Mafra, o já tradicional Challenger interno, integrado no Projecto-Escola Orientação, através do qual se apuraram as equipas que iriam representar o ISCPsi na conceituada prova do Inter-EMES que teve lugar no segundo fim-de-semana do mês de Março.

Esta prova contou com a participação de doze equipas, três por ano, e nem o facto desta prova se realizar na tarde normalmente ocupada pela viagem em direcção aos respectivos lares, diminuiu a adesão à mesma. O percurso da prova era em si uma incógnita, o que aguçava ainda mais a vontade dos concorrentes, de percorrerem os caminhos usados na formação de muitos militares, e desta forma provarem, à sua maneira, de que estavam à altura do local escolhido para a prova.

De forma a tornar a prova mais competitiva e exigente a organização fez questão que a mesma fosse realizada com uns coletes de Ordem Pública, que para além de um peso considerável provoca também um incremento de temperatura corporal que advém do seu uso.

Ao longo do percurso, os concorrentes viram-se obrigados a pôr à prova a sua perícia: com os remos ao ter de atravessar um pequeno lago num bote; fizeram slide; rappel; desmontaram a Glock e por fim deram tiro depois de todo o esforço exigido pela prova. Nada que estas equipas formadas por Cadetes achassem difícil de superar, uns com mais rapidez que outros, mas todos com a mesma alegria na realização de todos os exercícios.

Com o melhor tempo temos uma equipa do 4ºAno, que com toda a sua experiência e perícia conseguiram terminar a prova demorando apenas, poucos mas intensos, 58 minutos. Esta equipa era formada pelos Cadetes Sérgio Antunes, José Catanho, Samanta Martins e Reinaldo Canado. A mesma destreza não tiveram os Cadetes do 1º Ano Marisa Pires, João Santos, Bruno Alves e Hugo Correia que terminaram em último lugar com 2 horas e 39 minutos, com as penalizações, no entanto estes têm ainda mais 3 anos para melhorarem a sua performance neste tipo de provas.

Desta prova ficaram aprovadas as equipas que representaram o Instituto na derradeira prova de orientação organizada pela Academia Militar, no âmbito do Inter-EMES, e que teve lugar no fim-de-semana de 14 a 16 de Março.

O convívio e espírito de equipa foram, mais uma vez, o mote deste evento que se espera repetido nos anos vindouros.

**Paulo Sousa**

## Sarau Gímnico

Teve lugar, no pavilhão do ISCPsi, na noite de quinta-feira, 26 de Março, o IV Saraú Gímnico, contando este com a presença de diversas classes de ginástica, classes estas, que brindaram os espectadores com exibições de alto nível.

Podemos contar com a presença do grupo Step by Step do Centro Cultural de Benfica, do Acrobática, do Clube Atlético de Alvalade, do Instituto Militar dos Pupilos do Exército, da Classe Especial Homens do Ginásio Clube Português, da Academia Militar, classe Especial Raparigas do Lisboa Ginásio Clube, dos Up – Go (Clube Atlético de Alvalade), e com os anfitriões, a classe de ginástica do ISCPsi.

As bancadas cedidas pela Câmara Municipal de Lisboa permitiram um maior conforto para a assistência que esteve empolgada do início ao fim da demonstração.

O espectáculo teve início com a, já habitual, presença da Tertúlia ISCPsi que brindou os presentes com duas das suas músicas, e já embalados por estas, foi anunciada a entrada da primeira classe à qual se seguiram todas as outras sempre com um alto nível de qualidade e empenho.

Todas as actuações decorreram sem qualquer problema e com muita emoção, levando muitas vezes o público a suspirar de alívio ao verem as manobras arriscadas que os atletas praticavam.

Entre os muitos convidados que aderiram a esta nossa festa estava o Exmo. Sr. Director Nacional da PSP, Francisco Oliveira Pereira, que nos brindou com a sua presença, demonstrando uma vez mais o bom relacionamento que tem com esta casa.

No final do espectáculo todos os atletas tiveram o seu tempo para confraternizar, não sendo só uma exibição de ginástica, como também uma saudável convivência entre atletas da mesma área. Ficamos à espera que para no próximo saraú possamos contar com todos que decidiram assistir e mais importante ainda, que este espectáculo continue a crescer e demonstrar que o Instituto é um local aberto a todos os que queiram conhecer.

**Paulo Sousa**

# INTER-EMES



O Instituto recebeu novamente uma jornada do Inter-EMES, desta vez com o Futsal Masculino e Feminino, Judo Masculino e Feminino e Tiro.

As prestações foram boas, tanto a nível individual como a nível colectivo.

Começando pelo Futsal Masculino: vitória nas meias finais à Academia Militar por uma bola a zero, não conseguindo, no entanto, a vitória no torneio apesar de lutar bravamente na final. A Academia da Força Aérea, apesar de ter criado poucas oportunidades, foi mais eficaz e conseguiu vencer a final.

#### Classificação:

- 1º- Academia da Força Aérea
- 2º-Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
- 3º- Escola Naval e Academia Militar

Fado diferente teve o Futsal Feminino já que conseguiu vencer o torneio. A equipa feminina depois de derrotar a Academia da Força Aérea por duas bolas a zero nas meias finais, apresentou-se na final forte e destemida, conseguindo inverter o resultado, frente à Academia Militar, quando se encontrava a perder por uma bola a zero. Desta feita, venceu por duas bolas a uma e assim assegurou a

vitória para o Instituto.

#### Classificação:

- 1º-Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
- 2º- Academia Militar
- 3º-Academia da Força Aérea e Escola Naval

O Judo teve um desempenho brilhante como equipa, tendo arrecadado o 1º lugar colectivo. A nível individual obtiveram vitórias os seguintes cadetes: Cátia Santos (-57kg Feminino), Samanta Martins (+57kg Feminino) e Daniel Costa (-73kg Masculino).

Daniel Costa, treinador da equipa, em declarações ao nosso Boletim: "O 1º lugar conquistado pelo ISCPsi, demonstra o empenho dos cadetes participantes nos treinos do Projecto-escola de Judo. Quando se treina muito e de forma aplicada, como foi o caso, aumenta-se a probabilidade de obtenção de bons resultados, pois sobressaem as qualidades físicas e técnicas individuais. Gostava de dedicar a vitória aos Cadetes Paulo Costa e H. Andrade do 3º ano que não puderam participar no torneio por se terem lesionado".

#### Classificação:

- 1º-Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (50 pts)

2º -Escola Naval (41 pts)

3º - Academia Militar (33 pts)

4º-Academia da Força Aérea (20 pts)

No que concerne ao Tiro, o Instituto melhorou a performance do ano passado e conseguiu almejar o 2º lugar, a poucos pontos do 1º lugar. Obtiveram as melhores pontuações a nível individual os Cadetes Sérgio Antunes (2º lugar com 165 pontos) e Paulo Sousa (4º lugar com 153 pontos).

Infelizmente não chegou para vencer o torneio, tendo este sido ganho pela Escola Naval.

#### Classificação Colectiva:

- 1º -Escola Naval (625 pts)
- 2º-Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (608 pts)
- 3º-Academia Militar (523 pts)
- 4º-Academia da Força Aérea

Foi então com um primeiro lugar e dois segundos que o Instituto se despediu desta Jornada doméstica cuja participação e organização foram de louvar. Esperamos que no futuro as Jornadas tenham resultados iguais ou se possível melhores.

## Challenger 2009

O Challenger é considerado por muitos a “ prova rainha” dos Campeonatos Inter-EMES. Este ano foi organizado pela Academia Militar e decorreu nos dias 13, 14 e 15 de Março. Foram dois dias intensos que integraram uma série de actividades.

Apesar de ser essencialmente dominado pela orientação pedestre também se realizaram outras tarefas: BTT, canoagem, rappel, escalada e muitas mais. Foi uma prova dura que exigiu algum espírito de sacrifício e trabalho de equipa. O sol esteve bastante intenso e isso fez com que os competidores desidratássem bastante.

Apesar de todo o cansaço físico no final do dia de sábado ainda houve momentos de convívio numa discoteca da Ericeira.

No panorama individual foi a equipa do cadete Hélder Machado do 24º CFOP que venceu. A nível colectivo a vitória coube ao 3º ano. O Cadete Paulo Costa, um dos cadetes participantes, em declarações à nossa publicação:

“Fui para me divertir e com o

objectivo de terminar a prova. Independentemente do resultado fiquei muito satisfeito em ter participado. Participar é sempre uma vitória!”  
Parabéns a todos os participantes.

**João Lemos**



## Semana Cultural

O 23º CFOP organizou, entre os dias 7 e 10 de Março, a III Semana Cultural, subordinada ao tema “Tradições, Usos e Costumes” das diferentes regiões portuguesas, de Cabo Verde e de Moçambique. Para além de uma exposição, onde foram exibidas centenas de fotografias, objectos antigos, trajes, livros, notas e moedas, produtos característicos de cada região e trabalhos de pesquisa feitos pelos alunos do respectivo curso, o programa contou ainda com actuações musicais, jogos populares e um jantar tradicional.

A cerimónia inaugural teve início às 10H30 de Segunda-feira (dia 7), no auditório, com a intervenção do Professor Doutor Artur Anselmo. Seguidamente, discursaram o Professor Joaquim Pais de Brito, Director do Museu de Etnologia e convidado para a cerimónia e o Exmo. Sr. Intendente Paulo Jorge Valente Gomes, Director do ISCPSI. Os alunos do 23º CFOP tiveram oportunidade de apresentar, de forma sucinta, o teor dos seus trabalhos de pesquisa.

Na entrada principal do Instituto e no foyer do auditório foram expostos centenas de produtos característicos de cada local: livros, fotografias, trajes e os mais variados objectos que caracterizam e singularizam cada região.

Ainda nessa Segunda-feira, pelas 20H00, realizou-se um torneio de Futsal, sendo as equipas compostas por alunos do ISCPSI, representando as respectivas regiões.

Na Terça-feira (dia 8), actuaram, no auditório, o fadista Jorge Costa acompanhado com o guitarrista Miguel Costa, seguindo-se a fadista Marta Raposo, o fadista-humorista Farinha e, por fim, a Tuna Académica Feminina da Universidade de Coimbra.

Na Quarta-feira (dia 9), pelas 14H00, efectuaram-se diversos jogos populares e às 20H00, na parada, a *Partilha do Burro* e a *Queimada*; tradições características da região de Trás-os-Montes.

Na Quinta-feira (dia 10), foi servido um jantar tradicional, com a mais variada gastronomia, típica das regiões de Portugal, de Cabo Verde e de Moçambique, confeccionada pelos alunos do 23º CFOP. A Semana terminou nessa mesma noite, no auditório, ao ritmo da música cabo-verdiana, com a actuação das batoqueiras *Finca-pé*, da poetiza e declamadora Elsa de Noronha e, por fim, das *Wonderful's Kova da Moura*. No final das actuações o Sr. Comissário Pinho pediu a palavra para felicitar o 23º CFOP pela admirável actividade desenvolvida durante toda a semana e pelo espírito festivo e alegre que conseguiram incrementar no Instituto.

A Semana Cultural proporcionou aos alunos a oportunidade de conhecerem, compreenderem e apreciarem as diferentes culturas, não só de Portugal, bem como de Cabo Verde e de Moçambique. O 23º CFOP está de parabéns por esta magnífica iniciativa.

**Toni Pinto**

# BTT

A semelhança de anos anteriores, no passado mês de Fevereiro, nos dias 18 e 27, o Projecto-Escola BTT organizou dois passeios de BTT na mata do Parque Florestal de Monsanto. O evento foi dirigido aos Cadetes do ISCPSI, bem como a Cadetes dos Estabelecimentos Militares de Ensino Superior, promovendo o desporto, o salutar convívio entre os cadetes e mais de 20 km de boa disposição junto da Natureza! No total dos dois passeios foram mais de 70 os participantes, número que expressa a qualidade da organização e a satisfação geral dos protagonistas destas actividades.

Será, contudo, no dia 5 de Abril, que se realizará a actividade mais esperada por todos nós, e por todos aqueles que mais se interessam por esta modalidade. Trata-se de um passeio BTT, "solidário", aberto ao público, e por isso em maior escala, em que os lucros obtidos reverterão a favor da associação "Ajuda de

Berço".

Esta associação tem por missão a defesa da dignidade da vida humana, através do apoio a mulheres grávidas sem condições e aos filhos delas nascidos, bem como o acolhimento e encaminhamento de crianças entre os 0 e os 3 anos de idade que não possam viver com os pais ou familiares.

Além de um gesto solidário, este passeio representa, ainda, uma excelente oportunidade para promover a prática do desporto e o lema: "corpo são, mente sã". Assim, deixamos aqui presente o nosso louvor a iniciativas deste género, votos de sucesso, e uma sugestão de participação neste tipo de eventos dirigida a toda a comunidade.

Tiago Leal

## VI CORRIDA ISCPSI/APAV

No passado dia 29 de Março realizou-se a 6ª edição da Corrida ISCPSI/APAV. Esta iniciativa, totalmente organizada pelos Cadetes do Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna, voltou a revelar-se um verdadeiro sucesso. Não só pela qualidade de organização demonstrada, mas também pelos bons momentos desportivos, de convívio, de competição, e superiormente, pela sua honrada e nobre "meta final": a Solidariedade! Todos os lucros obtidos revertem a favor da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

Prova deste sucesso foram os cerca de 1400 participantes, envolvidos em 2 modalidades: a corrida de 10 Km ou a Marcha de 3 Km. O percurso, com início em Alcântara frente ao ISCPSI, poucas alterações teve em relação a edições anteriores, preferindo-se, assim, a zona ribeirinha da cidade. Para final da prova o cenário escolhido foi a Praça do Império, frente ao Mosteiro dos Jerónimos.

Apesar do espírito solidário a prova manteve um alto nível competitivo. Os prémios atractivos para os lugares cimeiros aliciaram a participação de vários atletas profissionais. Tal facto acabou por se traduzir nos vencedores da prova: Luís Miguel Orvalho Pinto, no sector masculino, e Sandra Soares Teixeira, no feminino. Ambos atletas do Sporting Clube de Portugal e vencedores da corrida no ano anterior. Entre os corredores oriundos do nosso Instituto os vencedores

foram os Cadetes-alunos Hélder Machado e Samanta Martins.

Resta-nos congratular todo o esforço dedicado a esta causa, quer pelo corpo organizador, quer pela colaboração de todos os que de alguma forma ajudaram ou que simplesmente participaram. Esperamos com grande expectativa a próxima edição!

Tiago Leal



**ENTREVISTA COM...**



**INTENDENTE**

**PAULO LUCAS**

Secretário-Geral Adjunto do Sistema de Segurança Interna



## O Sr. Intendente já tem uma longa carreira profissional. Pode-nos fazer uma retrospectiva dos cargos que ocupou?

Em 1989, após a conclusão do CFOP (analogamente ao ocorrido com os restantes camaradas de Curso), fui colocado na Escola Prática de Polícia, onde exercei funções de docente na área jurídica e coordenador de turma; Em Junho de 1990, após transferência para o Comando Distrital de Lisboa, passei a exercer as funções de comandante da 20ª. Esquadra - Benfica; Entre Junho de 1991 e Fevereiro de 1993 tive o privilégio de comandar a Esquadra de Investigação Criminal da 3ª. Divisão (na altura designada de Brigadas Especiais), experiência que se revelou muito exigente, mas extremamente motivadora e gratificante; Em Fevereiro de 1993, decorrente da frequência do Curso de Técnico de Informações, ministrado pelo Serviço de Informações de Segurança, fui convidado pelo Comandante de Lisboa para chefiar o Núcleo de Informações do Comando, funções que exercei em acumulação com a docência da cadeira "Técnica de Serviço Policial", na então Escola Superior de Polícia; Entre Setembro de 1994 e Junho de 1995 frequentei o Curso de Especialização de Oficiais em Educação Física, ministrado pelo CEFA, na Armada; Em Junho de 1995, na sequência da promoção a comissário, fui colocado na Escola Prática de Polícia, onde exercei as funções de coordenador das Áreas Jurídica e de Educação Física para os Cursos de Agentes e Chefes; Regressado ao Comando de Lisboa em Julho de 1996, fui novamente nomeado chefe do Núcleo de Informações, cargo que exercei até

Julho de 1997, altura em que fui colocado na Divisão de Cascais, passando a exercer as funções de adjunto para a área operacional; Em Janeiro de 2000 passei a comandar da Divisão de Cascais, funções que fui obrigado a cessar, em Outubro de 2001, ao ser nomeado chefe da Área de Operações e Segurança do COMETLIS; Em Setembro de 2002 fui nomeado, em comissão de serviço, segundo comandante do COMETLIS, cargo que exercei até Janeiro de 2004, altura em que fui colocado na Direcção Nacional, passando a desempenhar as funções de Director do Departamento de Operações; Em Janeiro de 2005, na sequência de convite, fui nomeado segundo comandante do Corpo de Intervenção, cargo que exercei até Março de 2006, altura em que, igualmente por despacho do MAI e em Comissão de Serviço, fui nomeado comandante dessa modelar unidade especial da PSP. Em Maio de 2008, por Despacho do MAI, fui nomeado comandante do Comando Regional da Madeira, funções que exercei até 17 de Janeiro do corrente ano, data em que assumi as actuais funções de secretário-geral-adjunto do Sistema de Segurança Interna, decorrente de Despacho do Primeiro-Ministro de 07 de Novembro de 2008.

**Entre as várias funções que desempenhou qual foi a que considerou mais aliciante? Quais as principais razões dessa escolha?**  
As funções de comando foram, assumidamente, as mais aliciantes.

O comando de unidades e subunidades policiais, apesar de implicar desafios permanentes, comportar riscos muito consideráveis e exigir uma dedicação extrema, é a essência do oficial da PSP. De entre os vários cargos de comando que exercei, não posso deixar de destacar os três anos de serviço no Corpo de Intervenção, particularmente pelo espírito de corpo, capacidade de trabalho, coesão, valentia e competência dos oficiais, chefes e agentes que ali prestam serviço.

**Foi Cadete no ISCPSI e recentemente leccionou no mesmo. Gostou da experiência e espera repetir?**

Gostei muito. Foi uma óptima forma de "regressar" ao convento do Calvário e espero poder repetir a experiência.

Apesar de no ano lectivo de 1993/94 ter lecionado a cadeira de Técnica de Serviço Policial na Escola Superior de Polícia (actividade que cessei ao ingressar no Estágio de promoção a Comissário), foi extremamente agradável poder voltar a vivenciar parte do "ambiente" muito peculiar dos meus tempos de cadete e "reencontrar" alguns camaradas de curso, sentados nas mesmas cadeiras de há 20 anos atrás. As caras podiam não ser as mesmas, mas os comportamentos e particularidades de certos alunos não deixavam dúvidas... alguns dos actuais Intendentes tinham regressado ao passado.

Encarei o desafio com sentido de responsabilidade e dever. Por um lado, poderia retribuir, ainda que de forma modesta, o muito que a

**«A nova Lei de Segurança Interna (LSI), entre outras alterações ao Sistema de Segurança Interna, criou a figura do Secretário-geral, com estatuto equiparado a Secretário de Estado e com competências específicas ao nível da coordenação, direcção, controlo e, em situações excepcionais, de comando operacional das Forças e Serviços de Segurança (FSS).»**

Escola me ofereceu ao longo de cinco anos. Por outro lado, não menos importante, teria uma oportunidade de, mais do que transmitir alguma informação ou pistas para a aprendizagem, poder oferecer a minha experiência e conhecimentos numa área tão característica e particular para a PSP, como é a segurança e ordem públicas. Com algum sacrifício e nem sempre com a disponibilidade e dedicação que as turmas exigiam, espero ter contribuído para o processo formativo daqueles cadetes, futuros oficiais e comandantes da PSP.

**Em seu entender quais são os principais benefícios para as Forças e Serviços de Segurança que advêm da criação da figura de Secretário-geral do Sistema de Segurança Interna (SGSSI), tendo em conta que o mesmo pode não ter experiência em formas de actuação policial.**

O anterior modelo de organização do Sistema de Segurança Interna (SSI) apresentava inúmeras disfunções e pontos críticos, com implicações nos quatro pilares base do sistema - a Prevenção, a Ordem pública, a Investigação criminal e as Informações. A título de exemplo, e tendo por referência o relatório do estudo elaborado pelo Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI) de Dezembro de 2006, em termos macroscópicos, poderiam ser identificados como críticos, a multiplicidade de actores e tutelas, duplicações funcionais e territoriais, dois níveis de

investigação criminal, deficiente articulação com o Sistema de Informações da República Portuguesa, a dispersão da cooperação policial internacional, a duplicação de órgãos e serviços de apoio e a inexistência de uma instância efectiva de coordenação operacional.

A nova Lei de Segurança Interna (LSI), entre outras alterações ao Sistema de Segurança Interna, criou a figura do Secretário-geral, com estatuto equiparado a Secretário de Estado e com competências específicas ao nível da coordenação, direcção, controlo e, em situações excepcionais, de comando operacional das Forças e Serviços de Segurança (FSS), indo ao encontro do modelo proposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2007. Apesar de subsistirem algumas das disfunções e pontos críticos elencados no relatório do IPRI, o novo modelo de organização do SSI, particularmente com as competências atribuídas ao seu Secretário-geral, veio criar condições para um Sistema mais integral, eficiente e eficaz. O Secretário-geral do SSI, para além de dirigir e coordenar as actividades do secretariado permanente do Gabinete Coordenador de Segurança (constituído por oficiais de ligação das FSS), possui um Gabinete que dispõe de uma sala de situação e é apoiado por assessores e um Secretário-geral-adjunto. Alguma falta de conhecimentos, em áreas mais específicas de actuação de alguma das FSS, poderá ser colmatada pelas entidades atrás referidas.

**Quais as principais funções que desempenha como Secretário-geral-adjunto do Sistema de Segurança Interna.**

No termos da LSI, o Secretário-geral-adjunto não possui competências próprias, competindo-lhe coadjuvar o Secretário-geral do SSI no exercício das suas funções, exercer as competências de coordenação e direcção que lhe sejam delegadas pelo Secretário-geral do SSI e substitui-lo nas suas ausências ou impedimentos.

**Segundo o art.º 18º, nº 3 da Lei de Segurança Interna, o SGSSI tem competência de coordenação em incidentes táctico-policiais graves. Isto leva-nos a perguntar quem coordena as várias Forças e Serviços de Segurança em incidentes táctico-policiais que não sejam considerados graves?**

Nos termos da LSI, o Secretário-geral do SSI, no âmbito das suas competências de controlo, tem poderes de articulação das FSS, através dos seus dirigentes máximos, no desempenho de missões ou tarefas específicas, limitadas pela sua natureza no tempo e ou espaço e que impliquem uma actuação conjunta, tendo por suporte o Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das FSS. Para além dos policiamentos de eventos de dimensão ampla ou internacional e operações planeadas de elevado risco ou ameaça, o Secretário-geral exercerá as competências de controlo em situações que

possam ser consideradas incidentes táctico-policiais graves. Nos termos da Resolução do CM n.º 45/2007, o controlo operacional traduz a autoridade para dirigir forças ou organizações no desempenho de missões ou tarefas específicas (limitadas no tempo e ou no espaço), pormenorizando a sua execução.

Os restantes policiamentos, operações e incidentes, caso não integrem nenhuma das situações previstas no artigo 18º. da LSI, deverão ser geridos, coordenados em conformidade com o Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das FSS.

**No incidente táctico-policial ocorrido em Campolide foi o Comandante Metropolitano de Lisboa quem coordenou as Forças e Serviços de Segurança (PSP e PJ). Se incidentes semelhantes ocorrerem no futuro, será o SGSSI responsável pela coordenação destas forças?**

No incidente referido, o comando e gestão da operação foi exercido, e muito bem, pelo Comandante da PSP de Lisboa.

Nos termos da LSI (n.º 3 do artigo 18º.), a situação em análise consubstancia um incidente táctico-policial grave, pelo que assistem ao Secretário-geral do SSI competências ao nível do controlo, em conformidade com o Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das FSS (PCCCOFSS).

Conforme já foi referido na resposta anterior, o controlo da operação é exercido através dos dirigentes máximos e visa a articulação das FSS no desempenho de missões ou tarefas específicas, limitadas pela sua natureza no tempo e ou espaço. A existência de um PCCCOFSS que defina, de forma pormenorizada, as competências e responsabilidades dos

intervenientes, irá reduzir as necessidades de intervenção do Secretário-geral do SSI no controlo da operação.

**Hoje em dia fala-se da possibilidade da PSP, GNR, SEF, poderem vir a ter meios para intercepção de comunicações nas suas instalações. Será que essa possibilidade não virá a violar o art.º 27º da Lei de Segurança Interna, uma vez que este taxativamente refere que o controlo das escutas telefónicas é da competência da PJ.**

Trata-se de uma questão interessante e muito actual, na medida em que já foi formalmente colocada pelas FSS. Sendo, no essencial, uma questão de natureza interpretativa, julgo, na minha modesta opinião, que a "execução do controlo das comunicações", que resulta do artigo 27º. da LSI, não impossibilita o reencaminhamento das intercepções telefónicas para terminais situados fora das instalações da Polícia Judiciária. O controlo das comunicações poderá ser sempre executado se for garantido à Polícia Judiciária, além do acesso às comunicações interceptadas, cópia dos despachos judiciais que autorizaram e definiram as formalidades das intercepções e gravações.

As condições de admissibilidade e as formalidades previstas no Código Processo Penal, para a realização das intercepções e gravações, continuam a permitir que a Polícia Judiciária assegure o controlo das intercepções, sem prejuízo do seu reencaminhamento para o órgão de polícia criminal que procede à investigação e solicitou a autorização para o uso deste meio de obtenção da prova.

**Em jeito de conselho, o que lhe apraz dizer dirigindo-se aos**

**actuais Cadetes, futuros Oficiais da PSP.**

Gostaria de vos transmitir uma mensagem de ânimo e de confiança.

Ser oficial da PSP é uma missão de enorme dignidade e valor, mas extremamente exigente e arrojada. Implica um grande sacrifício, responsabilidade, dedicação e, por vezes, uma forte frustração.

Porém, estou convicto que as dificuldades e amarguras que vos esperam, serão insignificantes perante a nobreza da missão diariamente assegurada pelos profissionais que tereis a felicidade de comandar.

Felicito-vos pela coragem da opção já tomada e incentivo-vos, enquanto alunos e futuros oficiais, a pautarem a vossa conduta pelos valores que têm norteado a Instituição, procurando sempre servir melhor a comunidade. A perfeição poderá não ser atingível, mas se não a procurarmos nunca conseguiremos passar a barreira da mediocridade.

Nunca se esqueçam que as pessoas são o mais importante..

**Uma Personalidade:** João Paulo II

**Um Local:** Confidencial

**Uma Viagem:** O que conta, nas viagens, como na vida, não é tanto onde estamos, mas com quem estamos

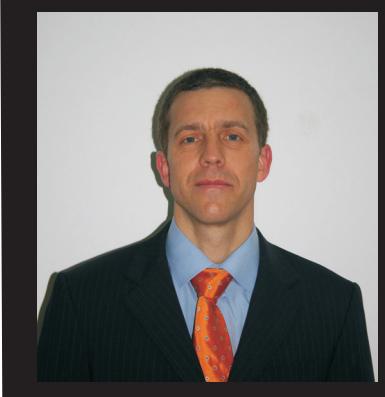
**Um Filme:** Era uma vez na América, de Sérgio Leone

**Um Livro:** O Perfume, de Patrick Süskind

**Um Clube:** Não dou para esse peditório

**Um Prato:** O bacalhau das segundas-feiras na Ajuda (nem todos entenderão o alcance...)

**Uma Frase:** Terão de ser duas: "O pessimista queixa-se do vento, o optimista espera que ele mude e o realista ajusta as velas" (Willian George Ward) e "Ainda que os teus passos pareçam inúteis, vai abrindo caminhos, como a água que desce cantando da montanha. Outros te seguirão..." (Saint-Exupéry)





Óculos ICE - Ref. ESS.ICE.NPF  
Preço: € 28,00 (PVP € 39,67)



Blusão 5.11 3 em 1 (na cor Navy Seal)  
Ref. 5.11.28001N  
Preço: € 120,00 (PVP € 120,00)



Kit de limpeza p/ pistola 9MM  
Ref. OTIS.FG.600  
Preço: € 9,00 (PVP € 12,00)



Extendedor de perna p/ Coldre  
Safariland  
Ref. SL.6004.6.123  
Preço: € 45,00 (PVP € 85,28)

## OFERTA NA AQUISIÇÃO DO KIT COMPLETO

Saco para Transporte de equipamento.

Ref. 5.11.59049 (PVP € 109,04)

-Oferta limitada a um saco por encomenda

-Preço protocolo: € 45,00



Colete Anti-Bala - Ref. ABA.FLX042  
Preço: € 790,00 (PVP € 1.260,50)



### Condições gerais:

Válido apenas para alunos inscritos no ISCPsi, salvo ruptura de Stock.

(\*) O pagamento fraccionado (12 meses, sem juros) apenas é possível para o KIT completo ou com, pelo menos, o fornecimento do Colete Anti-bala.

Para encomendar o KIT ou qualquer dos seus componentes em separado, deverá dirigir-se à N/ loja situada na Rua Entreparedes, 11 -Porto, ou visitar a nossa Loja online no endereço [www.miliciapro.com](http://www.miliciapro.com).

Os preços praticados podem ser alterados a qualquer altura sem aviso prévio.

Os preços apresentados são válidos para a primeira encomenda e seguintes.

Os dados pessoais obtidos serão usados para divulgação de produtos da Milicia e nunca serão divulgados a entidades terceiras. Se desejar que os seus contactos não sejam considerados, por favor, indique-o no acto de encomenda.



Cinturão Safariland - Ref. SL.4306.2.4  
Preço: € 15,00 (PVP € 27,77)



Botas Bates - Ref. BATES.ULTRALITE  
Preço: € 42,50 (PVP € 64,46)



Luvas anti-corte - Ref. 5.11.59314  
Preço: € 55,00 (PVP € 77,79)



Algemas c/ funda  
Ref. ASP.6101 + ASP.6134  
Preço: € 47,00 (PVP € 72,39)



Coldre Blackhawk Serpa  
Ref. 410502BK (R ou L)  
Preço: € 25,00 (PVP € 27,77)



Lanterna Surefire G2 c/ funda  
Ref. LP.G2.BK + 5.11.59052  
Preço: € 37,00 (PVP € 60,44)



## »Não se pode ser tolerante para com os covardes«

**N**ão sei se os relatos internacionais sobre a violência física e moral nos estabelecimentos policiais portugueses são ou não fieis, mas mesmo que porventura exagerados revelam a fraqueza da nossa democracia, são razão de vergonha colectiva, motivo para reflectirmos sobre as suas causas e agir prontamente para lhe pôr cobro. O tratar-se de um fenómeno comum a muitos outros Estados não pode ser nem consolo nem desculpa; diz o povo que “mal de muitos é consolação de parvos”.

Em tempo da nossa democracia tem sido significativo o esforço na qualificação dos agentes de polícia, quer pela exigência de mais habilitações académicas no recrutamento quer na sua formação cultural e técnica, mas ao que parece o muito que tem sido feito é ainda muito insuficiente. **A violência organizada como meio de actuação policial está desde há muito proibida, desde logo pela Constituição da República, constituindo, por isso, abuso criminoso no exercício de funções, absolutamente intolerável** e a exigir pronta e eficaz intervenção preventiva e

repressiva. Não há tempo a perder se queremos merecer a dignidade própria de um Estado de Direito, se queremos que as nossas polícias sejam, como devem, as primeiras guardiãs dos direitos e liberdades, sejam como tantas vezes proclamámos o retrato e o símbolo do nosso estádio de desenvolvimento civilizacional. Daqueles relatos resulta que o retrato é feio, o símbolo é fraco, que a nossa vida democrática é, afinal, ainda muito débil.

A formação dos agentes de polícia para os valores éticos e jurídicos da democracia tem de merecer continuado empenho. Não chega o mero conhecimento técnico dos meios permitidos e dos proibidos; é absolutamente necessário educar para os valores do respeito pela dignidade humana, pilar essencial da ideia de democracia. Sem a compreensão dos valores essenciais da vivência democrática e consequente compromisso de os respeitar e promover, sem uma intervenção absolutamente intolerante para com aqueles que funcionalmente ameaçam os fundamentos da ordem democrática que juram servir, continuaremos provavelmente a constar daquelas listas da vergonha,



vergonha institucional mas também de cada um de nós, desonra dos polícias, da Corporação e do País.

**A intolerância deve começar na fase da formação policial.** É preciso discutir profundamente estas questões, perceber as deficiências de educação para a cidadania, integrar as falhas, debater as ideias, convencer da essencialidade desses valores e depois



incutir nos formandos, futuros agentes de polícia, o sentido de dever profissional, moral e cívico que há-de ser apanágio do polícia. A eficácia da actuação policial é importante, mas só pode ser buscada por meios lícitos, por meios que respeitem a dignidade fundamental dos outros.

**A intolerância deve prosseguir na actuação diária.** Não há tolerância legal e moralmente admissível para com aqueles que desonram com os seus actos a função que livremente se obrigaram a servir. A polícia deve prevenir a violação das leis, seja por quem for, e é seu dever primeiro denunciar sem pejo, sem complacência, os camaradas que desacreditam a farda que devem honrar. Neste domínio a tolerância, a indulgência é criminosa.

Entretanto é preciso prevenir que a educação demora e urge tomar medidas firmes. A prevenção passa, não só mas também, por medidas de vigilância nos lugares reservados de actuação policial onde a recato podem ser cometidas indignidades. A vigilância desincentiva por facilitar a prova e, se não incomoda os que cumprem os seus deveres e para os quais constitui apenas uma salvaguarda, é ainda neste estádio da nossa cultura democrática instrumento essencial para evitar actos cobardes de alguns que, desonrando-se, desacreditam a profissão e comprometem o nosso futuro colectivo.

Confesso a minha vergonha quando, às vezes, sou perguntado, por ocasião de congressos e conferências internacionais, como

vai a nossa Polícia. A pergunta traz ínsita a censura e por muito que me entristeça e disfarce não posso responder senão que esta está mobilizada para acabar com todo o tipo de indignidades internas, para ser um baluarte da democracia em Portugal. Assim creio, espero e me esforço.

**Professor Doutor Germano Marques da Silva**





## Proximidade ou tecnicidade em proveito da investigação criminal

No Plano de Actividades da Polícia de Segurança Pública para 2009 é estabelecida a visão estratégica para a PSP como "Polícia integral proactiva, votada à cidadania e à segurança". Este é o grande desígnio da PSP que se assume como polícia integral para o cumprimento da sua missão.

Uma importante valência a considerar na sua actividade de prevenção e repressão criminal é a investigação criminal que tem vindo a ganhar consistência, em especial desde 1995, com a atribuição de competências de investigação criminal no âmbito do tráfico de droga.

Em resultado da sua boa performance nesta área e, tendo em conta outros factores de eficácia, eficiência e a própria natureza das forças de segurança, no ano 2000, foi publicada a primeira Lei de Organização de Investigação Criminal (LOIC).

O Conselho de Ministros referia, em comunica-

do datado de 6 de Abril de 2000 a necessidade de "racionalização dos meios e a clarificação das funções atribuídas aos diferentes órgãos de polícia criminal, de acordo com o modelo mais adequado à natureza de cada uma das forças e à tipologia criminal". Assim, aproveitava-se "a especialização da Polícia Judiciária (PJ) na investigação da criminalidade mais complexa que deve estar a cargo de uma polícia científica; e a valorização das competências de investigação criminal da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Polícia de Segurança Pública, para a criminalidade cuja investigação requer uma eficácia de proximidade".

Em 2008, com a reforma penal em curso, tornava-se necessário a adaptação da LOIC tendo em conta a experiência adquirida.

Assim, conforme consta na exposição de motivos da proposta de lei, pretende-se reforçar "a coordenação e a cooperação de todos os órgãos de polícia criminal e a partilha de informações entre eles segundo princípios de necessidade e competência", e adaptar a "organização da investigação criminal às reformas do Código Penal e do Código de Processo Penal, à Lei-Quadro da Política Criminal e à Lei sobre a Política Criminal e, ainda, às novas Leis Orgânicas de Forças e Serviços de Segurança".

A nova LOIC visa proceder à "clarificação dos conceitos de competência genérica, específica e reservada", bem como estabelecer "normas de resolução de conflitos de competência." E formas de "garantir a reserva de competências" para evitar sobreposições de processos em investigação que implicam "desperdício de recursos" e "graves

prejuízos à investigação". Neste sentido, a nova LOIC atribui à Polícia Judiciária a investigação dos crimes "mais graves e complexos". Entende-se a necessidade de fazer a distinção. No entanto, considera-se difícil, na prática, entender que um crime de burla possa ser mais grave que um roubo ou uma ofensa à integridade física grave. Ou que um crime de falsificação de título de registo de propriedade de um veículo seja mais grave que uma extorsão ou lenocínio. Ou seja, na vertente prática, a gravidade e a complexidade das investigações não resultam necessariamente de uma catalogação feita a montante, mas uma avaliação feita a juzante, perante os intervenientes, a sofisticação do modus operandi utilizado pelo suspeito, grupo, bando ou outro conjunto de pessoas, a sua mobilidade, os bens jurídicos implicados, as penas abstratas correspondentes, entre outros factores.

Para além de "reconhecer a Polícia Judiciária como órgão de polícia criminal por excelência", a PSP assume o papel de "órgão de polícia criminal indispensável para a investigação de um vasto número de crimes".

Ora, na LOIC considera-se a indispensabilidade da PSP na investigação de um vasto número de crimes, mas parece esquecer um dos princípios invocados na LOIC anterior que é o do aproveitamento da sua proximidade para trazer eficácia à investigação. Exemplos dessa percepção abundam, como é o caso dos roubos praticados com arma de fogo, do tráfico de droga localizado (não necessariamente de venda directa), tráfico e vicilação de viaturas, entre outros, em que, manifestamente, o "conhecimento da rua" resultante da natureza de

**A pátria é nos lugares onde a alma está acorrentada**

proximidade da PSP, seria factor crítico de sucesso ao bom desempenho policial.

Considera-se, por outro lado, o aspecto importante da troca de informação, com sustento no Sistema Integrado de Informação Criminal que assegura “*a partilha de informações entre os órgãos de polícia criminal, de acordo com os princípios da necessidade e da competência, sem prejuízo dos regimes legais do segredo de justiça e do segredo de Estado.*”

Mas, será importante ressalvar que a existência de um Sistema Estratégico de Informação, e o acesso a este por parte de outros OPC, será importante para a investigação criminal, mas não substitui a proximidade ou o “conhecimento de rua”, porque não constará nos sistemas informáticos a actualização permanente da realidade mutável da rua, o seu ambiente, as tensões existentes, os factores de influência para a prática de crimes, as relações entre pessoas, as afinidades de grupos, os hábitos, etc...

Nesta perspectiva, torna-se necessário manter o contacto com a rua, assegurar e fomentar a proximidade na investigação criminal, a fim de esta vertente, em perfeita integração com as outras valências da PSP, possa, por uma lado, obter bons resultados, por outro lado, que esses resultados possam ser aproveitados, rentabilizados e ampliados pelas outras valências na procura do desígnio da PSP como polícia integral pró-activa, votada à cidadania e segurança.

**Dário Prates**  
**Subintendente**  
**Comandante da Divisão de**  
**Investigação Criminal do**  
**COMETLIS**



## Croissanteria

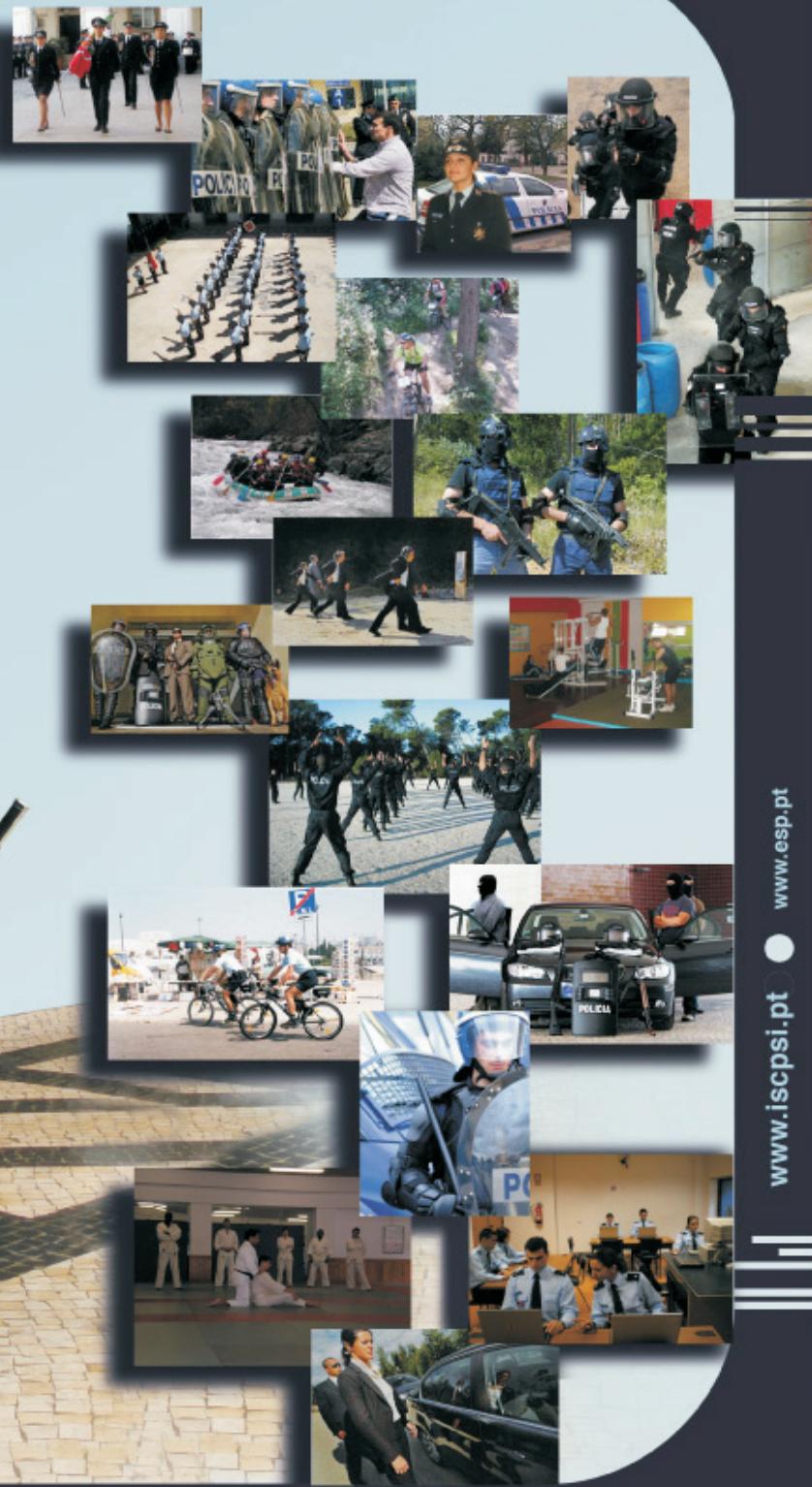


Rua de Alcântara n.º 47 - A

O Sucesso está ao teu alcance... Agarra-o!!!

# INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

Curso de Formação de Oficiais de Polícia



Rua 1º de Maio, nº 3  
Alcântara - Lisboa

Tlf: 213 613 900  
Fax: 213 610 535

“VITORIA DISCENTUM, GLORIA DOCENTUM”

iscpsi@psp.pt ● iscpsi.net@gmail.com

www.iscpsi.pt ● www.escpsi.pt

A nossa pátria, para fazer-se amar, deve ser amável

## SubComissário Marta

**Gostava de conhecer** o Bono Vox.

**O ISCPsi** é uma grande casa, que me dá motivos de orgulho todos os dias.

**Se fosse Director Nacional** acho que não dormia por causa das preocupações...

Resumidamente, faria os possíveis (e tentava os impossíveis) para melhorar as condições remuneratórias e de trabalho da nossa polícia, bem como para divulgar os bons serviços que realizamos pelo país.

**Adorava repetir** a maior parte das viagens que fiz. Fica sempre tanto por ver e fazer...

**Detesto** cobras (os animais e as pessoas), favas, acordar cedo aos fins-de-semana, pessoas cínicas e falsas e falta de frontalidade.

**Quando entrei no CFOP senti-me** realizada e uma pessoa cheia de sorte por ter conseguido alcançar os meus objectivos, mas senti também algum peso nos ombros pela responsabilidade adquirida.

**Não dei pelo tempo passar ao ler** o Codex 632, de José Rodrigues dos Santos.

**Quando voltei ao ISCPsi** fiquei agradavelmente surpreendida pelo dinamismo que agora existe e com vontade de contribuir para melhorar ainda mais as iniciativas e actividades dos Cadetes.

**Não me imagino** sedentária e depressiva.

**Adoro ouvir** U2 e Metallica, que são os meus grupos preferidos, mas não sou esquisita e ouço tudo o que passa em rádios jovens e dinâmicas (Antena 3, Mega FM, CidadeFM...).

**Não sou ninguém sem** a minha maravilhosa família.

**O meu clube** é o grande Sport Lisboa e Benfica (sócio correspondente n.º 173618).

**Adoro saborear um bom prato de** picanha.

**Ser Cadete** não é fácil, mas é uma excelente oportunidade para aprender, amadurecer, conviver e cometer alguns erros sem grandes consequências (tirando umas quantas recolhas a menos...).

**Ser Oficial da PSP** é uma profissão exigente, mas muito gratificante.



A nova contratação da equipa das escolinhas

*Respostas curtas Subcomissário!!!  
Não era suposto ser uma entrevista...*

## Comissário Hugo Guinote

**Gostava de conhecer** – Jesus.

**O ISCPsi** é – Mais importante para Portugal do que muitos pensam.

**Se fosse Director Nacional** – Acordava e vestia a farda de Comissário para mais um dia de trabalho.

**Adorava repetir** – Um diálogo que ficou a meio.

**Detesto** – A mentira premeditada.

**Quando entrei no CFOP senti-me** – Abençoado pela vida.

**Não dei pelo tempo passar ao ler** – “O Senhor dos Anéis”.

**Quando voltei ao ISCPsi** – Senti ter encontrado a estrada que ambicionava percorrer.

**Não me imagino** – A não errar.

**Adoro ouvir** – O riso dos meus filhos.

**Não sou ninguém sem** – A noção do rumo a seguir.

**O meu clube** – Não mais do que um motivo de conversa.

**Adoro saborear um bom prato de** – Silêncio.

**Ser Cadete** – Uma lição tantas vezes recordada.

**Ser Oficial da PSP** – Uma responsabilidade que incessantemente nos muda.





# Boletim

